

Tema e obra: Pós-Humanismo: a teoria que conecta todas as formas de vida. Ed. GZ, 2024
Texto inédito elaborado por Lúcia Frota Pestana de Aguiar, especialmente para o Evento MUSEU
CONVIDA, do Museu da Justiça realizado em 24/04/2025

Senhoras, senhores... e também robôs presentes, micro-organismos simbióticos, inteligências artificiais emergentes, plantas curiosas e seres que ainda nem nome têm... Boa tarde!

Sejam todas, todos e todes muito bem-vindos ao Museu da Justiça — esse templo da memória que hoje pulsa como um coração de água e futuro.

Vivemos tempos extraordinários. Tempos de tela, de chip, de DNA reprogramado. Mas também tempos de sede. Sim, sede. Sede d'água — essa entidade líquida que molda montanhas, mares, memórias... e que, pasmem, falta para mais de 2 bilhões de pessoas no mundo. E isso, meus amigos, é um paradoxo cósmico num planeta que se autodenomina “Azul”.

Mas antes de entrarmos no colapso, permitam-me sonhar com vocês.

Imaginem um tribunal no ano 2100. No centro, uma juíza IA sensível aos fluxos cerebrais — programada com empatia. À esquerda, uma foca-monja defende os direitos do Ártico. À direita, uma criança nascida em Marte argumenta pelo retorno da água à Terra. No plenário, a água é testemunha e vítima. E os réus? Somos nós — Homo sapiens — não por maldade, mas por insistência em viver como se o amanhã fosse propriedade privada.

A era em que estamos é a do Antropoceno — batizada assim porque deixamos nossas impressões digitais nos glaciares, nos solos e até na composição química das chuvas. Uma era onde a sexta extinção em massa já não é ficção científica, mas estatística ecológica.

E o que tem isso a ver com Justiça?

Tudo.

Porque se a Justiça não for interespecífica, não é Justiça. Se ela não incluir as árvores, os rios, os algoritmos, os animais e os corpos invisíveis da sociedade... é só mais uma engrenagem enferrujada da história. Falemos por exemplo de água, essa entidade milenar.

Sabiam que 4 bilhões de pessoas vivem sob escassez severa de água pelo menos um mês por ano? Que 380 bilhões de metros cúbicos de esgoto poderiam virar água reutilizável? Que mais de 800 mil pessoas morrem por ano de doenças relacionadas à água contaminada — incluindo quase 300 mil crianças? A água, senhores, está gritando. E Justiça que ignora esse grito é tão vazia quanto uma torneira seca.

Estamos aqui hoje, neste espaço simbólico da Justiça, para abrir escuta. Não só escutar os dados — mas escutar o planeta. A IA pode nos ajudar. Os neurodireitos podem nos proteger. O pós-humanismo pode nos libertar da prisão da centralidade humana. Mas só se colocarmos a água — e tudo o que dela depende — no centro do juízo.

Por fim, peço a vocês: escutem a água. Ela não fala como nós, mas se move. Se emociona. Se retira. E se um dia ela decidir partir de vez... não haverá justiça, nem Museu, nem memória.

Senhoras, senhores... e demais formas de vida, visíveis e invisíveis, orgânicas e artificiais...

Hoje, neste Museu da Justiça, abrimos as portas do tempo. Olhamos para trás — para os códigos escritos em pedra e papel — e para frente — para os gritos não ouvidos das águas, das florestas... e dos animais.

Estamos na era do Antropoceno. A era em que o ser humano alterou rios, subiu a temperatura do planeta, silenciou pássaros e expulsou peixes dos mares. Mas também a era do despertar ético, da Justiça que escuta além da espécie, do pós-humanismo, da IA empática, dos neurodireitos... e, sim, da senciência animal.

Senciência. Palavra linda, quase sussurrada. Ela diz que sentir importa. Que dor importa. Que um gato abandonado sente o frio da calçada. Que uma vaca chora quando separada de seu filhote. Que um cão sem dono — “animal urbano excedente” — não é um objeto descartável, mas um ser vivo, com história, afeto e medo.

E, no entanto, ... o nosso Código Civil ainda os trata como coisas. Coisas! Um sofá e um cão dividindo o mesmo status jurídico. Um absurdo silencioso que escorre entre as páginas das leis.

Mas há esperança: o novo artigo 91-A propõe um sopro de dignidade. Nele se afirma: “Os animais são seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, em virtude da sua natureza especial.” Um avanço, sim. Mas ainda com limites: a tutela afetiva entre humanos e animais foi riscada. A dor de quem perde um companheiro de quatro patas ainda é invisibilizada pela tinta legislativa.

É por isso que estamos aqui hoje. Para lembrar que Justiça que ignora a sentiência... não é Justiça. Que uma Constituição ética do futuro precisa de patas, penas e escamas em seu preâmbulo. Que especismo é uma cegueira seletiva, que só reconhece como valioso aquilo que se parece conosco — como se empatia precisasse de polegares opostos.

E a água? Ela permeia tudo. Mais de 4 bilhões vivem sob estresse hídrico. Mas e os animais? Onde bebem os cães sem tutor? Quem cuida das aves que já não encontram lagos limpos? Água não é só recurso — é laço, é vida compartilhada entre espécies.

Sonhem comigo: um tribunal onde uma inteligência artificial traduz o miado de um gato em depoimento; onde uma floresta entra com pedido de tutela coletiva; onde um peixe urbano tem direito ao silêncio da poluição. Um mundo em que Justiça deixa de ser antropocêntrica... e vira pluriversal.

Até lá, lutamos. Com palavras, com políticas públicas, com cuidado no cotidiano. Porque toda revolução começa no olhar: quando deixamos de ver “coisa” e começamos a ver “vida”.

Sigamos. Por uma Justiça que molha os pés no rio, que sente o latido como linguagem, e que se recusa a deixar a empatia fora do Código.

Muito obrigada E que este evento seja uma nascente de ideias, consciência e recomeços.

Lúcia Frota Pestana de Aguiar